ECONOMIA DO OURO EM MINAS GERAIS (SÉCULO XVIII)

Wilson Cano

Ao elaborar estas notas, não tenho outro objetivo além de destacar alguns pontos que julgo relevantes para uma reflexão sobre as interpretações correntes da economia do ouro, mais especificamente, sobre a potencialidade e possibilidade de uma transformação e recuperação econômica, após a exaustão da mineração do ouro. . As hipóteses principais deste trabalho já haviam sido por mim delineadas em fins de 1973.[1]

Partia, mais especificamente, das proposições que fizeram Furtado e Castro, sobre as possíveis causas da "não industrialização de Minas Gerais" (após a exaustão do ouro).[2] Vejamos, resumidamente, as principais proposições que fizeram estes autores.

Furtado, ao caracterizar a estrutura e funcionamento dessa economia, bem como seus efeitos de integração com outras regiões do país, destaca os seguintes pontos fundamentais:

- a baixa utilização de capital fixo, se confrontada essa economia (no mesmo período) com a escravista açucareira do nordeste;
- em decorrência disso, o alto emprego de mão-de-obra livre e escrava, tipificava uma "função de produção de tipo de mão-de-obra intensiva", o que, por sua vez, permitia distintas conformações de tamanhos de plantas. Assim, a mineração comportava tanto a empresa individual, exercida por um homem livre ("faiscador") como empresas que utilizavam mão-de-obra escrava ("médias e grandes empresas") requerendo estas, portanto, maior massa de capital investido em escravaria;
- dessa forma, homens livres com pequenos recursos e até mesmo escravos que trabalhavam "por conta própria", teriam amplo acesso a esse sistema de produção. Esses fatos seriam então responsáveis tanto por um sistema relativamente "aberto", com distribuição pessoal menos desigual da renda, como, até mesmo, por abrir, ao escravo, "a possibilidade de comprar a própria liberdade";[3]
- embora altamente incerta e itinerante, a empresa mineradora ofereceria "alta lucratividade";
- mesmo tendo gerado centros urbanos relativamente importantes, seu "desenvolvimento endógeno - isto é, com base no seu próprio mercado. . . foi praticamente nulo".[4]

Concluindo que sua exaustão era inevitável e que, consequentemente, regrediria à subsistência, passa a questionar as razões que teriam impedido o desenvolvimento de produção

---

[1] Um primeiro "borrador" destas notas foi escrito em fins de 1973, com a intenção de incluir o tema em minha tese doutoral "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo". Sou grato às críticas e comentários que recebi, para aquela versão, de vários colegas entre os quais destaco as de Alice P. Canabrava. A 2ª versão foi publicada na Revista Contexto n.3,Ed. Hucitec, São Paulo, 7/1977, e republicada em Cadernos do IFCH n.10, 10/1983, Unicamp.

[2] Furtado, C., Formação Econômica do Brasil, 4ª ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, caps. 13, 14 e 15 e Castro, A. B., "A herança regional no desenvolvimento brasileiro", in Sete ensaios sobre a economia brasileira, R.J., Forense, 1971, v. 2, pp. 33-45.

[3] Furtado, C., Op. cit., p. 91.

[4] Furtado, C., Op. cit., p. 96.

manufatureira que pudesse evitar sua derrocada. Coloca em segundo plano, as explicações decorrentes do Edito de 1785, que proibia a atividade manufatureira no Brasil, uma vez que este "não parece haver suscitado grande reação, sendo mais ou menos evidente que o desenvolvimento manufatureiro havia sido praticamente nulo em todo o período anterior de prosperidade e decadência da economia mineira. A *causa principal* possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes (portugueses, em sua ampla maioria) para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável".[5]

Este último fato, continua Furtado, era decorrência do Tratado de Methuen, que, a partir de 1703, dava amplas vantagens à entrada de manufaturas inglesas em Portugal, inibindo assim, o desenvolvimento de suas manufaturas.

Ao analisar o mesmo tema, Castro concorda com a maior parte da análise de Furtado, discordando, entretanto, da ordem de importância que dá às questões referentes ao Edito de 1785 e ao despreparo técnico da mão-de-obra: embora aceite ambos, privilegia, *sobretudo,* a legislação portuguesa, como fator impeditivo a uma "resposta industrializante" à crise do ouro.[6]

Castro ainda acrescenta outros argumentos em apoio à sua análise. Destaco três deles, que me parecem mais relevantes:

- As dificuldades de transporte oneravam pesadamente as importações, sendo esta uma importante vantagem *relativa* da área... O custo dos transportes, aliás, *tanto defendia* a produção local *quanto dificultava* o desenvolvimento de novas atividades exportadoras".[7]
- Criticando outro autor diz: "A estreiteza do mercado interno não poderia, em princípio, constituir grave obstáculo, pois, com a tecnologia da época, não se verificavam praticamente economias de escala; além do que o mercado existente nas minas e ainda na cidade do Rio de Janeiro não era, em absoluto, desprezível. Quanto ao declínio acentuado do nível de renda (que não poderia ser evitado a curto prazo) constituía, sem dúvida, grande problema, mas a própria resposta industrial (combinada com avanços na agropecuária) poderia atenuá-lo" **.**[8]
- Reportando-se ao problema tecnológico, afirma que "à época do declínio do ouro imperavam, ainda, por toda parte, formas artesanais de produção, sendo escasso, quase nulo, o uso de máquinas e o aproveitamento de formas modernas de energia.[9] Complementando a afirmação, diz, mais adiante, "que o capital fixo necessário à montagem de indústrias era, à época, reduzidíssimo; bastava dispor de capital de giro, o que havia sido amplamente acumulado pelos comerciantes da região".[10]

Cabe, como preliminar aos argumentos que mais adiante apresento, levantar aquilo que, a meu juízo, constitui a questão central do problema: que condições teria tido essa economia colonial para engendrar um processo de acumulação de capital que lhe possibilitasse marchar em direção a um "desenvolvimento industrial"? Poderia ocorrer de forma concomitante ou mesmo anterior ao declínio da atividade principal - o ouro? Haveria, em suma, condições para um "nascimento" ou mesmo para uma "resposta" industrial?

---

[5] Furtado, C., Op. cit., pp. 96-97. O grifo é meu.
[6] Castro, Op. cit., nota de rodapé 50, às pp. 43-44.
[7] Castro, A. B., op. cit., p. 40 e nota de rodapé 45, p. 40. Os dois últimos grifos são meus.
[8] Castro, A. B., Op. cit, nota de rodapé 50 às pp. 43-44. Os parênteses são do original.
[9] Castro, A. B., Op. cit, p. 41.
[10] Castro, A. B., Op. cit., nota de rodapé 50 à p. 43.

Furtado, embora tenha cogitado o problema, negando a sua possibilidade, face à questão do "despreparo técnico da mão-de-obra" não parece, na realidade, vislumbrar a possibilidade industrializante. É mesmo enfático, quando analisa o processo de desarticulação e atrofiamento por que passou a economia da mineração.

Castro, entretanto, ao debitar ao Edito de 1785 a razão fundamental que impossibilita a "resposta industrial", dá a entender, inclusive, que a dinâmica daquela economia, mesmo durante a decadência mineradora, oferecia aquela possibilidade de industrialização.

Os trabalhos recentes de Novais e de Cardoso de Mello fornecem, a meu juízo, as bases fundamentais para que se negue a possibilidade daquele desenvolvimento. Estudando o Antigo Sistema Colonial - especificamente tratando das relações entre Portugal e a colônia brasileira durante os séculos XVI a XVIII Novais, a meu juízo**,** coloca com justeza a questão:[11]

- em seu "projeto básico" a colônia foi instituída como peça fundamental ao desenvolvimento econômico da metrópole. O fato de que a Inglaterra, principalmente a partir do século XVIII, exercia forte predomínio político e econômico sobre Portugal, possibilitando certamente a transferência, para ela, de parte do excedente extraído da exploração colonial portuguesa, não invalida o enunciado anterior. Afinal, isto também fazia parte do chamado "Pacto Colonial";
- a política colonial se configurava, basicamente, em dois pólos: o subordinador (metrópole) e o subordinado (colônia);
- *"a colonização* do Novo Mundo, na Época Moderna, apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil";
- a colonização constituiu, assim, peça importante na formação do capitalismo moderno. A "exploração colonial foi elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial";
- os dois pilares básicos que possibilitaram o cumprimento desse papel foram:
  a) o "exclusivo" comercial, ou seja, o "monopólio colonial", que garantia a exclusividade (na oferta e na demanda) para a metrópole no comércio com a colônia. Deve-se agregar a isto, não como elemento adicional, mas como desdobramento das bases do sistema, a política tributária, cambial e monetária, assentadas sobre esse regime de "trocas";
  b) o escravismo e o tráfico negreiro; o primeiro, garantindo as bases para a instituição e expansão do sistema de produção colonial; o segundo, abrindo novo e importante flanco comercial, cujos lucros, em grande parte, eram também apropriados pela burguesia metropolitana, reforçando assim as bases para a acumulação primitiva.

Cardoso de Mello, concordando com Novais, retoma sua análise.[12] Discutindo a crise da economia escravista exportadora em meados do século XIX e indagando das possibilidades do desenvolvimento e expansão da indústria nacional operando na base do trabalho escravo, é enfático: nega-a, pela impossível competição com a indústria alienígena, operada em regime de trabalho livre. Centrando sua preocupação analítica na órbita da produção (industrial, no caso) mostra claramente os desníveis de custos de produção e de inversão existentes entre a indústria escravista e a capitalista, derivados dos distintos regimes de emprego de força de trabalho.

---

[11] Novais, F. A., "Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial, séculos XVI-XVIII". São Paulo, 1974 (Cadernos CEBRAP, 17).

[12] Mello, J. M. C., "O capitalismo tardio", especialmente as pp. 26 a 46.

Adiciona, ainda, a questão do alto condicionamento tecnológico imposto pela natureza do trabalho escravo à modernização da indústria.[13]

Após estas considerações iniciais, discuto, em seguida, alguns aspectos dessa economia, os quais, assim creio, possibilitarão um passo adiante para que se possa criticar as proposições de Furtado e de Castro.

PROPOSIÇÕES PARA A CRÍTICA

Devo advertir, desde logo, que não procedi a nenhuma outra investigação histórica mais rigorosa, atendo-me apenas a algumas obras, citadas ao longo deste trabalho. Tentei contornar alguns conflitos existentes entre vários historiadores, sobre os dados quantitativos dessa economia, valendo-me, sempre que me foi possível, de valores menos extremados, tanto no que se refere a preços como a quantidades, entre as quais, por exemplo, a questão da "vida média" produtiva do escravo. No essencial, tentarei confinar as críticas aos problemas do potencial de acumulação e de mercado gerados por essa economia.

1. A mineração teria constituído um "complexo econômico"?

Não será difícil responder negativamente a esta questão. Atenho-me, para isso, à noção de "complexo econômico" que utilizei em trabalho anterior.[14]

Poder-se-ia responder afirmativamente a essa pergunta, devido, entre outras coisas, à sua capacidade de gerar efeitos positivos à distante pecuária sulina, ao comércio de São Paulo e principalmente do Rio, ou, até mesmo, ao grande contingente representado pela massa de escravos e homens livres que empregou.[15] Ou, ainda, necessitar e impor a existência de uma vida urbana de certo porte e até mesmo de um grande aparato público burocrático e militar. Incluiria ainda a necessidade básica que teria essa economia, em desenvolver segmentos produtivos que pudessem garantir a reprodução (para os homens livres) e a manutenção (para os escravos) de sua força de trabalho. Isto, entretanto, se deu de forma extremamente precária e relativamente ínfima.

Que essa economia tenha gerado importante excedente, não parece residir dúvida. Cabe, entretanto indagar de seu destino e de seu potencial para acumulação. Não bastassem as referências aos trabalhos de Novais e de Cardoso de Mello, tento, mais adiante, lançar algumas observações e hipóteses sobre essa importante questão.

---

[13] Cf. o citado trabalho de Mello, pp. 69 a 79. Evidentemente não ignoro as diferenças fundamentais entre o período colonial (século XVIII) que é objeto de estudo nestas notas, e o período (século XIX) tratado por Mello, em que já existe uma economia nacional. Ainda assim, entretanto, julgo válido destacar sua análise uma vez que, se dificuldades existiam para o florescimento da indústria escravista, mesmo após a formação de uma economia nacional acredito, como se verá no decorrer deste trabalho, que tais dificuldades eram ainda maiores, durante o período colonial.

[14] "Raízes da concentração industrial", Op. cit., pp. 1 a 12.

[15] (nota adicional desta versão). Omiti, nesta passagem, os efeitos positivos à pecuária (e à atividade fumicultora) nordestina, citada mais adiante na versão original. Ao final do texto, volto a discutir seus impáctos regionais e sua "herança econômica"para o século XIX.

De início - embora não seja esta uma questão essencial - devo lembrar que do total do ouro extraído no Brasil, durante o século XVIII, e que é estimado em torno de 863,5 toneladas, cerca de 30% ocorreu em locais distintos e longínquos de Minas Gerais, como por exemplo as ocorrências principalmente em Mato Grosso e Goiás e, em menor escala, em São Paulo, Paraná, Bahia e outras regiões, demonstrando isso, uma certa dispersão espacial da atividade. Segundo V. Noya Pinto o ouro extraído em Minas Gerais teria sido da ordem de 644,1 toneladas.[16]

Mais importante que isso, é o fato de que essa economia não foi capaz de gerar, em seu próprio interior, aqueles segmentos produtivos antes referidos. Ao contrário, a maior parte de sua procura efetiva de meios de subsistência e de produção foi satisfeita por importações. Do exterior, e com base no "exclusivo" colonial, as de escravos, de manufaturas e de alguns alimentos, como os vinhos, queijos, azeite, trigo e o caríssimo sal; de outras regiões brasileiras, as de animais e de alimentos, principalmente, como também de escravos.[17]

Desta forma, não se beneficiou, salvo em menor monta, nem mesmo dos "lucros de comércio" decorrentes de seu abastecimento, os quais, certamente, foram apropriados pelo comércio florescente do Rio e pelo de São Paulo.

Ainda que também colonial e escravista, a economia açucareira do nordeste teve, entretanto, condições melhores do que a mineira para um desenvolvimento de um processo - ainda que incipiente - de acumulação e formação de um complexo. Seja pelo desenvolvimento da pecuária contígua, seja pela atividade agrícola de subsistência - ainda que não-mercantil[18] - formada no interior e na periferia da atividade principal. Outro ponto sem dúvida mais favorável se deve ao fato de que as atividades comerciais das principais praças nordestinas propiciavam ligações mais estreitas e próximas com a atividade nuclear.

Cabe ainda, como mero ponto comparativo, o confronto entre a produção dessas duas economias, para que se tenha idéia da importância e do peso de cada uma. Lamentavelmente não disponho de séries completas sobre as exportações de açúcar, e vejo-me obrigado a tomar alguns anos da série incompleta levantada por Simonsen, e a série completa da extração do ouro em Minas Gerais, dada por Virgílio Noya Pinto:

EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR E EXTRAÇÃO DE OURO

Açúcar (total do Brasil)		*Ouro (total de Minas Gerais)*	
(valores médios anuais equivalentes a quilos de ouro)			
1710	12.640	1700-1725	5.176

[16] Cf. Pinto, Virgílio Noya, O ouro brasileiro e o comércio anglo-português (uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII). Tese de Doutoramento, São Paulo, Fac. Fil. Letras e Ciências Humanas, USP, 1972. Tabela à p. 122.

[17] Cf. Mafalda P. Zamella, O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. Tese de Doutoramento, São Paulo, Fac. Fil. Letras e Ciências Humanas, USP, 1951. p. 251.

[18] (nota adicional desta versão) Deveria te-la adjetivado, no original, de *escassamente mercantil*.

1760	17.420	1726-1734	7.500
1776	10.530	1735-1749	10.132
1796	7.700	1750-1779	7.091
		1780-1799	3.751

Fonte: Simonsen, R. C.,, *Op. cit.* Para o açúcar: vol. 1 (quadro em frente à p.172); para o ouro (dados de V. Noya Pinto, p. 122).

O quadro acima, embora incompleto, permite mostrar que a mineração foi inferior à atividade açucareira, a qual, aliás, encontrava-se em decadência no período.

Por último, embora seja esta a questão essencial, há que ter presente que, embora a mineração tenha gerado importante excedente, não permitiu sua retenção local, senão em parcela reduzida. E isto poderá ser melhor aquilatado, tanto se examinando o destino do ouro como "capital-mercadoria" e como "capital-dinheiro". Como mercadoria, nossos registros históricos apontam uma saída física – em direção a Portugal - de cerca de ¾ do total produzido no país. Do restante, possivelmente retido na colônia e/ou contrabandeado, haveria que descontar o ouro *improdutivamente* acumulado na forma de obras de arte, ou mesmo entesourado. Pouco sobraria, assim creio, dessa nobre mercadoria, para ativar melhor a acumulação de capital produtivo na zona da mineração.

Algumas observações sobre a produção e o excedente

Concordo com Furtado quando, ao fazer o confronto desta economia com a açucareira do nordeste, aponta para o fato de que a última empregava muitos equipamentos, o que implicava numa alta relação capital/produto. Por oposição, a da mineração, por utilizar reduzida quantidade de "equipamentos", teria uma relação menor.[19] Seria equívoco, entretanto, considerá-la como de reduzida densidade de capital: é o próprio Furtado que nos chama a atenção, ao qualificar como semelhante a um "bem de capital", o escravo utilizado diretamente no processo produtivo. Ora, sendo a mineração altamente utilizadora de mão-de-obra, e dada aquela semelhança, não se poderia qualificar esta economia como de baixa relação "capital/produto"'. Veremos em seguida por que.

Embora exista grande controvérsia sobre a efetiva incorporação de escravos na mineração, estimei esse contingente, para Minas Gerais, durante o século XVIII, em 322.050 escravos.[20] Tomando-se o preço de *300 mil réis por escravo* (ver quadro mais adiante), valor esse que na

[19] Furtado, C., Op. cit., cap. 9 a 13.

[20] Ou seja, para a produção de 644,1 t. de ouro, com a produção média anual de 200 g/escravo/ano e considerando a "vida média" de dez anos para o escravo. Simonsen (vol. I, p. 206 e vol. II, p. 90) estima um contingente de 860.000 para a mineração de todo o território nacional e considerando a vida média em apenas sete anos. Considerando-se que Minas Gerais representa 70% da mineração do país e a revisão da vida média de sete para dez anos, o contingente "reajustado" seria de 860.000 x 0,7 x 0,7 = 421.400, cifra essa mais próxima de minha estimativa, e distante da que resultaria (cerca de 600.000 escravos), se eu utilizasse a produtividade média de 108 g/homem/ano, estimada por V. Noya Pinto para meados do século. (V. Noya Pinto, Op. cit., p. 117).

época, eqüivalia a 618,6 gramas de ouro, encontrei o valor total equivalente de 199,2 toneladas de ouro, que representaria os gastos com a compra daquela mão-de-obra.

Como se verá mais adiante, a relação entre o "investimento" em escravaria e a produção de ouro - dada a "produtividade" média anual de 200 g/escravo - era elevada, situando-se a um nível próximo a 3,0. Não é por outra razão, aliás, que se convertendo a produtividade média no açúcar, estimada por Simonsen em 60 arrobas/ano, em gramas de ouro, ambas situavam-se em limites próximos:

ouro	*açúcar*
200 g	288 (com preços altos, início do séc. XVIII)
	140 (com preços baixos, fins do séc. XVIII)

e, se descontados o dízimo sobre o açúcar e os tributos sobre o ouro, temos:[21]

167,2	259,7 (idem por preços altos)
	126,0 (idem por preços baixos)

Pelo que se pode depreender das estimativas acima, pelo menos durante o período de altos preços para o açúcar, não poderiam ter sido muito distantes as relações "capital/produto" das duas economias; entretanto, à medida que o valor da produção do açúcar cai (pela queda dos preços) e o valor de seu capital se "mantém", o distanciamento cresce.

Outro tipo de gastos, implícitos e necessários à incorporação e manutenção dos escravos na mineração, é o referente ao imposto cobrado por escravo entrado na região das minas, (4$500 por cabeça ou aproximadamente 9,278 gramas de ouro) e os gastos anuais com importações de vestuário para o escravo, constituído de cobertas, calções e outros, que custavam cerca de 3$ 480 (por ano, para cada escravo) ou o equivalente a 7,175 gramas de ouro.[22] Esses gastos totalizariam assim, o equivalente a 3,0 toneladas, para os impostos, e a 23,1 toneladas para aquelas importações.[23]

Os pagamentos referentes à tributação sobre a produção do ouro, constituíam também pesado ônus. Esse ouro não pago e diretamente apropriado pela metrópole pode ter atingido o montante de 105,9 toneladas de ouro, para Minas Gerais, durante todo o século XVIII, de acordo com a estimativa de V. Noya Pinto.

Resumindo, os gastos quantificáveis teriam atingido a soma de 331,2 t., ou cerca de 51,4% do total do ouro produzido:

---

[21] Adotei, como base para a relação entre o imposto sobre o ouro e a produção de ouro, o coeficente de 0,164 que se pode deduzir dos dados calculados por V. Noya Pinto (Op. cit., pp. 82 a 84 e 122), para Minas Gerais durante o século XVIII: 105,9 t. arrecadadas para uma produção de 644,1 t.

[22] O imposto de entrada, como se pode entender em Simonsen, era cobrado tanto pelos escravos vindos do exterior como de outras regiões (Cf. volume 1, pp. 210-211). O valor apontado para as importações estão citados em documento de 1768, referindo-se a importações para escravos sediados em São Paulo. Ao apontar o mesmo valor para as estimativas desses gastos em Minas Gerais, penso, s.m.j.., que incorro apenas em erro de subestimação, dado o alto custo de transportes para aquela região. Simonsen relata o fato da impossibilidade da indústria nacional competir com o produto estrangeiro. No citado trabalho de Noya Pinto (especialmente às pp. 79 a 87) existem indicações de estimativas de outros tributos pela metrópole, além do imposto de entrada e do "quinto".

[23] Ou seja: 322. 050 escravos x 9,278 g. = (aproximadamente) 3,0 t. ; e 322. 050 x 7,175 g x 10 anos (dez trocas durante a vida útil média) ou anos) = (aproximadamente) 23,1 t.

• investimento em escravaria	199,2 t. de ouro
• tributação sobre escravos	3,0
• importações de vestuário para escravos	23,1
• tributação sobre a produção do ouro	105,9
total de gastos quantificáveis	331,2
total de ouro produzido	644,1
gastos não quantificáveis e saldo provável	312,9

Lamentavelmente, não disponho de informações sobre outros gastos igualmente importantes, que acresceriam apreciavelmente aquelas parcelas: refiro-me aos gastos com alimentação dos escravos e dos homens livres, vestuário e outros bens de consumo, habitação, equipamentos e instrumentos de produção, dispêndio em artes (principalmente edificação e música), formação educacional na Europa, compras de animais e outros. Como se pode depreender, talvez a maior parte desses gastos e dos anteriormente apontados, demandavam importações do exterior e de outras regiões, restringindo-se sobremodo, o montante de compras provenientes da própria região.

Embora a questão seja passível de discussão, e, principalmente, de investigações mais aprofundadas, as importantes articulações comerciais que a mineração desenvolveu com outras regiões, reforçam sobremodo minha hipótese: o abastecimento de gado pela região do São Francisco; o abastecimento de gado, principalmente de muares pelo Sul (via comércio de São Paulo); o abastecimento de alguns alimentos provenientes de São Paulo (pelo menos durante parte do século); o comércio com o Rio de Janeiro que certamente foi a causa[24] dos melhoramentos urbanos por que passa essa cidade, no período.

Por exemplo, o trecho seguinte de uma carta de Taunay a Simonsen, discorrendo sobre a questão do abastecimento à região mineradora é sintomático: "À organização de retaguarda... pertencia figurando na primeira linha, o famoso creso colonial paulista, Padre Guilherme Pompeu de Almeida, que enriqueceu extraordinariamente *sem jamais ter visitado o território de mineração* e limitando-se a ser o fornecedor dos mineradores, a quem expedia tropas sobre tropas, conduzindo víveres, ferragens, panos, armas, pólvora, produtos químicos etc., boiadas sobre boiadas, varas sobre varas de porcos etc."[25] Complementando a questão, caberia lembrar da grande alta de preços que ocorre em São Paulo, como decorrência das pressões geradas pelo problema do abastecimento das zonas de mineração.[26]

Embora também não passível de quantificação, uma última parcela deveria ser acrescida ao montante já quantificado: refiro-me ao engenhoso sistema de trocas que a metrópole impunha à

---

[24] (nota adicional desta versão) Obviamente, o comércio com as minas foi uma das principais causas da urbanização do Rio de Janeiro, mas não a única, haja vista que, a partir de 1763, para ali é transferida (vinda de Salvador) a sede do governo colonial..

[25] A carta encontra-se impressa no livro citado de Simonsen, vol. lI, p. 96 (O grifo é meu). Sobre o mesmo personagem, Alfredo Ellis Jr. agregaria a informação de que ele emprestava dinheiro a juros aos mineradores; Ellis Jr., A. "História de São Paulo", cap. XIII, in Boletim do Departamento Estadual de Estatística, S. Paulo, nº 9, 1940, p. 19.

[26] Ver a propósito, a carta citada na nota anterior (Simonsen, v. ll, pp. 96-97); ver também em Oliver Onody, especialmente às pp. 65 (nota 106), 383 (e notas) e 384-387, referências sobre os preços.

colônia, via sistema monetário, através do qual se apropriava de outra parcela do excedente da economia da mineração. Este fato foi devidamente apontado na obra de Holanda e Campos: "As moedas coloniais tinham os mesmos valores nominais das chamadas peças nacionais ou metropolitanas, mas continuam 10% a menos de ouro ou de prata e por vezes a própria Casa da Moeda falsificava-as, diminuindo-lhes ainda mais o peso. Depois da descoberta do ouro, Portugal mandou, em 1752, bater moeda especial de prata com o fito exclusivo de comprar ouro, moeda mais desvalorizada do que as nacionais e as coloniais, de circulação restrita à região mineira. Acontecia, portanto, o seguinte: os produtos da colônia podiam ser pagos com moedas coloniais de menor valor intrínseco e o ouro comprado nas Gerais com moedas ainda mais desvalorizadas. Quanto se tratava porém de pagar impostos ou de comprar mercadorias do Reino, não tendo nem as moedas coloniais nem as das regiões das Minas circulação na metrópole, os colonos eram obrigados a pagar com moedas nacionais, de maior peso em ouro. É fácil compreender que, com esse sistema, *Portugal conseguia uma remessa adicional disfarçada de mais de 10% do ouro sob forma monetária, tributo indireto, portanto".*[27]

Assim sendo, é lícito pensar que a parte preponderante do excedente dessa economia foi canalizada para fora de seus limites: a parte substancial para a metrópole, outra, menor, para outras regiões do Brasil, restando dessa forma, pequeno saldo possivelmente aplicado produtivamente na própria região. A questão do exame dos preços e da rentabilidade da empresa mineradora, que estimo mais adiante, ajudará melhor a compreensão desta hipótese.

Hipóteses sobre custos e rentabilidade da empresa mineradora

Ainda que em breves linhas, retomo a questão referente ao problema da "alta rentabilidade" da empresa mineradora e da questão não menos importante da distribuição de renda e da ascensão social de homens livres e de escravos.

Se aceitas minhas ponderações sobre os baixos níveis de produtividade e da elevada densidade de capital da empresa mineradora, creio não ser difícil pelo menos se questionar os pontos assinalados no parágrafo anterior.

De início, cabe recordar o sistema de distribuição das datas, pelo Regimento das Minas de 1702. Ao descobridor da ocorrência, eram entregues duas datas ("de trinta braças em quadra, cada uma"); a Real Fazenda receberia uma terceira, "no mais bem parado do dito ribeiro", que seria posta em praça; em seguida, mediante requerimento seriam distribuídas por sorteio, as demais datas daquela ocorrência mineral, em proporção ao número de escravos possuídos pelos requerentes: 2,5 braças/escravo ou uma data inteira, para os que dispusessem de doze ou mais escravos. Se ainda houvesse mais datas a distribuir, estas seriam entregues àqueles (já sorteados) que tivessem mais de doze escravos, mantida aquela proporção. Cabe acrescentar que cada requerente devia pagar propina de duas oitavas de ouro à burocracia das minas.[28]

Tal sistema parece efetivamente confirmar uma "distribuição menos desigual" da propriedade. De fato, ao distribuir as datas sobrantes àqueles que dispunham de maior número de escravos (mais de doze) creio que seria lícito supor que tais datas sobrantes pudessem conferir o maior risco de insucesso no achado do ouro. Como alternativa para contornar essa situação, não haveria outra forma senão a de utilizar mais equipamentos, elevando assim os

---

[27] Cf. Hollanda, S. B. e Campos, P. M., História geral da civilização brasileira, 2ª ed., São Paulo, DIFEL, 1968, Tomo I, v. II, pp. 350-351. (O grifo é meu).

[28] Cf. Holanda & Campos, Op. cit., vol. lI, pp. 269-271.

gastos de inversão e de custos, para contornar a possível baixa produtividade dos métodos tradicionais ou simples.[29] Qualquer que fosse a opção, não parece residir dúvida de que o grande capital era contido, tanto pelo maior risco como pela reduzida chance de extrair maior excedente que pudesse ampliá-lo. E isto se coaduna perfeitamente com o pequeno número de empresas de maior porte (de mais de cinqüenta escravos) que existiam.

Entretanto, o baixo nível da produtividade média da mineração e o insucesso de muitos mineradores permite que se coloque, no mínimo, para uma reflexão, a hipótese de que embora a renda tivesse uma distribuição menos desigual, ela era, em média, de baixo nível. Poucos, na realidade, parecem ter feito grandes fortunas.

O exemplo da quantidade de estudantes oriundos de Minas Gerais, que são enviados às universidades européias, no período, parece ser um razoável indicador dessa hipótese, pelo menos quando se faz o seu confronto com os oriundos de outras regiões. Assim, os de Minas Gerais, pelos registros, só começam a figurar a partir de 1726, cerca de trinta anos após o início da mineração. Até 1750, seu número supera os do Rio de Janeiro e da Bahia; supera-os entre 1750 e 1762, no auge da mineração; a partir daí, é novamente superado, estando acima apenas ligeiramente dos paulistas.[30]

Coloco ainda sob suspeita de equívoco de interpretação, a afirmativa corrente de que, ao contrário do que ocorria nas demais atividades econômicas escravistas da colônia, na mineração do ouro, o escravo teria tido possibilidades maiores de ascensão econômica e social (libertando-se inclusive), *por suas próprias forças,* e como decorrência da estrutura e da dinâmica dessa sociedade.

Valho-me, para rechaçar essa hipótese, de dois fatos. O primeiro, ao qual já me referi, e que decorre do alto preço do escravo e de sua baixa produtividade na mineração. A ser correta esta última assertiva, o escravo seria uma "máquina" muito dispendiosa com baixa capacidade de produzir um excedente, quanto mais de um superexcedente capaz de permitir sua alforria. Curioso mesmo é que a hipótese original encerra grave contradição: por que razões o capitalista estaria disposto a se desfazer de suas "máquinas", sendo elas altamente lucrativas?

O segundo fato, assim creio, elucida a questão. Refiro-me às informações disponíveis sobre as alforrias concedidas: "à proporção em que a indústria mineradora dobrava a finados, cresce o número de libertos na capitania. Eles passavam de 1,2% sobre a escravaria, em 1739; eram 35% a 41 %, respectivamente, em 1786 e 1808. Já então, valeria mais a pena alforriar os cativos que sustentá-los".[31]

Quer dizer: a libertação do escravo era concedida (e não conseguida) não porque e quando a "máquina" tivesse condições de produzir e gerar excedente mas, justamente o contrário; alforriava-se o escravo exatamente porque passava a constituir encargo por demais oneroso, passado o auge minerador. Ou, para ser mais preciso: *sucateava-se compulsoriamente a "máquina".*

Tento, em seguida, fazer algumas especulações sobre a questão da rentabilidade da empresa mineradora. Para tanto, como é sabido, se necessita, de um lado, informações básicas sobre os preços, a produção e a produtividade; de outro, sobre os custos. Dos primeiros, dispõe-se de alguns informes, ao passo que dos custos, não se conta senão com informações extremamente precárias.

---

[29] Idem, ibidem, pp. 273-275.
[30] Cf. Holanda & Campos, Op. cit., vol. II, pp. 303-306 e 418.
[31] Cf. Holanda & Campos, Op. cit., vol. II p. 188.

Sirvo-me do quadro abaixo, para discutir a questão, no período do início da atividade mineradora, isto é, por volta de 1703. Como se pode observar, nele constam três tipos de empreendimentos: o individual (I), que não emprega qualquer força de trabalho além da própria; a empresa "média" (II), que ocupa dez escravos, supondo-se que o proprietário não exerce trabalho produtivo (como também ocorre na "grande"), limitando-se a controlar e comandar o empreendimento; a última, que suponho ser de "grande" dimensão (III), tem a propriedade de cinqüenta escravos.

Não consideradas outras questões, note-se, pelo exame do quadro, que atribuí arbitrariamente a cada um desses três tipos, orçamentos de gastos anuais e parciais de "depreciação" (reposição de escravos a cada dez anos) e de manutenção do empreendimento. Entretanto, cabe advertir que, propositadamente, atribui a esses proprietários e a seus escravos dietas por demais exíguas e pobres, despojando-os de qualquer suntuosidade, salvo a de conceder ao maior deles, o luxo de manter uma mulher...

Mantida a produtividade média de 200 g de ouro/ano/trabalhador, e convertidos todos os dispêndios em gramas de ouro, adicionei, a essa hipótese de composição de "custos e receitas", o ônus da tributação sobre a produção do ouro (16,4%) e acedi à hipótese de que o contrabando de ouro girasse em torno de 20%, com o que nossos mineradores seriam tributados apenas sobre 80% da produção. Assim, apresentariam o seguinte resultado anual:

(EM GRAMAS DE OURO)

	I	**II**	**III**
ouro produzido	200,00	2.000,00	10.000,00
ouro tributado	26,24	262,40	1.312,00
gastos anuais (conf**.** Quadro)	244,75	2.122,05	10.190,74
saldo (Lucros ou prejuízos)	- 70,99	- 384,45	- 1.502,74
saldo/produção	-35,5%	-19,2%	-15,0%

Gastos mínimos anuais hipotéticos, por homem livre ou escravo

-em unidades físicas (a)-

Item	Homens Livres				
	Faiscador Isolado	Propr. de 10 escravos	Propr. de 50 escravos (c)	Escravo	Preço unitário (gramas de ouro)
1. Feijão (litro)	18	18	25	10	7,91

2. Farinha de mandioca (litro)	18	18	25	10	3,96
3. Galinha (unid.)	-	-	12	-	10,76
4. Carne de vaca (quilo)	-	-	12	-	7,89
5. Açúcar (quilo)	1	1	7	-	7,78
6. Tabaco em corda (vara)	0,5	0,5	0,5	-	10,76
7. Chapéu ordinário (unid.)	0,5	0,5	2	-	21,52
8. Camisa de linho (unid.)	-	-	3	-	10,76
9. Calções de pano fino (unid.)	-	-	3	-	32,27
10.Casaca de pano fino (unid.)	-	-	1	-	71,72
11.Conjunto de vestuário para escravo (muda anual) (b)	1	1	-	1	7,17
12. Escravos requeridos para as minas (unid.)	-	1	5	-	618,60 (d)

Fonte: Itens 1 a 10: levantados por Antonil (*Cultura e Opulência no Brasil..).*em 1703, em Minas Gerais, *apud* Oliver Onody, p. 383; item 11: Cf. Holanda, S. B. & Campos, P. M.,tomo I, vol.II, p.190; item 12: preço de 1719, cf. Simonsen, R. C., vol. 1, p. 211.

(a) Trata-se de gastos mínimos, estimados sem levar em conta costumes e hábitos da época. São estimativas calcadas num "mínimo possível, dado o nível médio de 'renda' de cada categoria". O citado trabalho de ZamelIa (pp. 188-189) mostra que o alimento básico do escravo era o milho e o feijão, e não a farinha de mandioca; mantenho-a aqui por não dispor do preço do milho à época do relato de Antonil. Nos "Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo" (vol. 73, pp. 24 e 40) é apresentado um consumo por habitante/ano de cerca de 145 litros, em São Paulo, em 1766; se se adotasse tal consumo, aos preços de 1703, o custo anual resultante seria de 1.147 g/ouro, valor mais de cinco vezes maior que a produtividade média por escravo, adotada neste trabalho.

(b) Atribui às duas primeiras categorias, o vestuário da escravaria, dado o exíguo nível de suas rendas.

(c) Inclui os gastos de manutenção de uma esposa.

(d) Esse preço, de 1719, é mais alto do que os praticados em 1703, porém é bem menor do que os praticados após 1719, que crescem, à, medida que se amplia a atividade mineradora.

É notável o fato de que os três empreendimentos apresentem altas margens negativas de lucro, o que confirmaria minha hipótese sobre os baixos níveis de renda vigentes nessa economia, bem como o freio, a que já me referi, ao grande capital. É evidente também, que os preços que tomei para elaborar o orçamento de manutenção por se referirem ao período inicial da mineração, onde não estava ainda organizada a atividade abastecedora e distribuidora, certamente teriam baixado, após esse período inicial. Se não baixassem, parece óbvio que essa economia não teria condições nem mesmo para se manter, quanto mais para crescer de forma ampliada.

Entretanto, o preço do escravo (1719) e o do vestuário dos escravos (meados do século) não se referem a esse período inicial de preços incrivelmente altos. Por outro lado, o orçamento

que elaborei pode, no máximo, constituir curiosidade, de tão ínfimo que é. Estes dois últimos fatos apontados, me forçam a levantar a hipótese de que, embora os preços teriam necessariamente de baixar, para converter aquelas margens de lucro em valores positivos, penso que não teriam baixado em demasia.

Em socorro dessa hipótese valho-me das seguintes observações. A primeira, é a de que, mais tarde, o mesmo fenômeno inflacionário se repetiu nas minerações de Goiás e de Mato Grosso, ambas regiões abastecidas em grande parte por São Paulo, onde se notou igual movimento de alta de preços. A segunda observação é a de que os preços internacionais de vários alimentos, segundo Simonsen, parecem ter sofrido elevações de cerca de 50%.[32] A terceira observação se refere ao fato de que o câmbio em Portugal manteve-se estável durante o século XVIII e o preço arbitrado pela Metrópole para o resgate do ouro, na zona da mineração oscilou relativamente pouco. Até 1725, havia sido fixado em 1$500 por oitava de ouro (período de livre circulação do ouro); de 1725 a 1730 em 1$200 (período de fundição compulsória); de 1730 a 1732 em 1$320 (por ter sido reduzida a tributação, de 20% para 12%); de 1732 a 1735 em 1$200; de 1735 a 1751 em 1$500 (período de livre circulação, mas com imposto de 12% além do imposto de capitação: 17 g/escravo/ano) e, de 1751 a 1823 em 1$200 (período de fundição compulsória).[33]

Concluindo este tópico, penso que a economia da mineração, embora tenha apresentado um perfil distributivo menos desigual da renda, tal distribuição, na realidade, tem muito mais a ver com uma distribuição de baixos níveis de renda do que de níveis médios ou de altas rendas. Como certamente operou a custos elevados, provavelmente suas margens de lucro eram baixas, para os medianamente bem sucedidos, altas para os poucos bem afortunados, isto é, para aqueles de maior sorte no encontro do minério, e ínfimas, e até mesmo negativas, para muitos, para os mal sucedidos. Portanto, dizer que a mineração foi uma sociedade "democrática", e que teve um amplo mercado, é incorrer, no mínimo, em perigosa generalização. Que essa sociedade foi das mais abertas, entre as vigentes na colônia, não parece residir dúvida; porém, tal abertura se deu "por baixo", isto é, pela quase ausência do grande capital e do seu baixo poder de concentração. Esta ausência, não só teria permitido a proliferação do pequeno empreendedor como permitiu o relaxamento dos rígidos padrões e da estratificação sócio-econômica. Amplo mercado sim, mas apenas por contar com grande número de homens livres, porém de reduzida dimensão econômica, face aos baixos níveis de renda.

Condicionamentos à "resposta industrial"

Vejamos, de início, como poderiam operar alguns dos outros segmentos produtivos dessa economia.[34] Tanto a agricultura (lavouras, principalmente) como a manufatura, sempre que requeressem mais mão-de-obra, teriam de operar, basicamente, na escravatura. Assim, também padeciam dos mesmos problemas referentes ao alto preço do escravo, de que sofria a atividade nuclear. No período do auge da mineração, operariam, portanto, a custos elevados.

Quer no auge, quer na depressão da mineração, muito embora fossem relativamente protegidos da competição com o exterior ou com outras regiões, pelos altos custos de

[32] Cf. Roberto C. Simonsen, Op. cit., vol. lI, pp. 31-32.

[33] Cf. Roberto C. Simonsen, Op. cit., vol. lI, pp. 31-32: para o câmbio; gráfico e notas em frente à p. 221; para os preços, p. 70, citando Eschwege.

[34] Não ignoro, obviamente, o setor diamantífero, ou o compartimento comercial, ou, ainda, a burocracia civil e militar. Dada, entretanto, a precariedade de informações, vejo-me forçado a não me ocupar deles.

transporte, eram, por isso mesmo, contidos aos mercados locais. Se os altos custos de transportes (digamos, entre o Rio de Janeiro e as minas) se constituíam em mecanismos de defesa, ao mesmo tempo se convertiam também em entrave, dado que encareciam sobremodo o envio de mercadorias para outros mercados fora da região (para o Rio, por exemplo). O mercado mais promissor, que era o do Rio de Janeiro, encontrava-se totalmente aberto à competição do exterior, livre, inclusive, de maiores custos de transporte, dada a localização de seu porto. Dessa forma, tais segmentos produtivos eram obrigados a se restringir aos seus próprios mercados locais.

Como se sabe, a atividade nuclear ocupava cerca de 80% do contingente populacional da região, permanecendo, portanto apenas 20% nos demais segmentos. Como se pode depreender facilmente, mesmo se todo esse quinto restante estivesse ocupado na atividade agrícola, dificilmente poderia suportar os outros 80%, em termos de oferta alimentar. Vale dizer: não atendiam todo o mercado gerado pela mineração, nem tinham capacidade para gerar tal oferta.

Chegada a depressão da mineração, com o translado de homens e de escravaria para a subsistência dava-se o paradoxo: muito embora agora dispusessem de maior contingente de força de trabalho, para ampliar a oferta, a demanda mercantilizada havia encolhido. De nada adiantava agora, a baixa no preço dos escravos. Eles tornavam-se inúteis, para uma economia de mercado em franca desagregação.

Vejamos o outro lado da questão. À primeira vista, pode-se pensar que com a decadência mineradora, o translado para outro segmento produtivo pudesse se dar plenamente. Não se pode esquecer, entretanto, que a própria crise, embora pudesse preservar o "capital-escravo", a seu proprietário - ainda que parcialmente -, não poderia, senão excepcionalmente, preservar-lhe o "capital-dinheiro", seguramente corroído pela exaustão do ouro e pela regressão mercantil. Não restava outra alternativa senão a da desastrosa regressão à subsistência, no mais das vezes fora do mercado. A crise foi severa, como se pode verificar pelos dados levantados por V. Noya Pinto:

Minas Gerais: produção e arrecadação do imposto sobre o ouro

Anos	***Produção***	***Índice***	***Arrecadação***	***Índice***
1700-1710	2.940	30	10	1
1711-1720	6.500	66	296	16
1721-1729	7.250	73	1.113	58
1730-1739	9.068	92	1.747	92
1740-1749	9.879	100	1.907	100
1750-1759	8.398	85	1.590	83
1760-1769	7.029	71	1.369	72
1770-1779	5.848	59	1.139	60
1780-1784	4.884	49	953	*50*
1785-1789	3.511	36	686	36
1790-1799	3.304	33	640	34

Quando chega o já citado Edito de 1785, a mineração já havia se reduzido a cerca de um terço do que fora durante o auge. Cabe lembrar ainda que esse Edito "proibiu a atividade dos ourives e das manufaturas têxteis à só exceção dos panos grossos de algodão".[35] Ora, justamente continuava a permitir que se fabricasse os panos do tipo costumeiramente usados pela escravaria que, como se sabe, constituía, ainda em 1786, cerca de 75% da população.[36] Tais panos, cumpre ainda lembrar, eram os que mais facilmente se poderia produzir, com a rudimentar técnica então utilizada. Não creio, face a isso tudo, que o Edito tenha a importância que lhe atribuiu Castro. O seguinte relato, reforça minha opinião: "O pouco efeito ali dessas proibições teria provocado a 0. R. (Ordem Régia) de 1° de dezembro de 1800, para que o governador anime os povos à lavoura e aos trabalhos das mesmas, desviando-os do trabalho das manufaturas 'que nada lhes convém'".[37]

Retomo agora a crítica específica às hipóteses levantadas por Castro, para uma possível "resposta industrial". À sua afirmação de que se requeria pouco capital para a instalação de indústrias, mantidas as técnicas rudimentares, devo lembrar, que ainda assim, essa possibilidade se defrontaria com várias barreiras, mesmo se ignorarmos o Edito de 1785.

Em primeiro lugar, a contínua diminuição do ouro extraído deve ter tido seu início entre 1745-1750, mais de trinta e cinco anos antes do Edito. Assim, já na década de 1760 a produção do ouro tinha se reduzido em 29% em relação ao seu período de máxima extração (1740-1749), acelerando sua desintegração, rebaixando sua taxa de acumulação, e, é bom insistir, com crescente descapitalização dos empreendedores, tanto financeira quanto real. E isso já mostrei em parte, quando discuti a questão da alforria dos escravos. Por exemplo, a economia açucareira, diante de longa crise, podia ainda preservar a vida útil de seus equipamentos, pela manutenção; e, ao mesmo tempo, podia converter seu ativo agora também inútil - o escravo - em capital-dinheiro, vendendo-o a outras atividades - à mineração, por exemplo. Nesta, isso é impossível: seus equipamentos principais se constituem de escravos, aos quais, além de não se poder preservar a vida útil, também não se pode conservá-los, pois isto aumenta ainda mais os custos e os prejuízos: como não se pode vendê-los, pois naquela época não haveria, no país, outra atividade mercantil compradora, há que sucateá-los, a preço nulo. Vale dizer, a descapitalização é inexorável.

Em segundo lugar, deve-se levar em conta que, se a atividade manufatureira da região não se desenvolveu durante o auge minerador - quando justamente deveriam crescer a acumulação de capital e a dimensão do mercado, é pouco provável que teria condições para se desenvolver durante a decadência. Como já disse antes, os custos de transporte eram, ao mesmo tempo, proteção e entrave aos mercados dessas manufaturas. Ou seja, o desenvolvimento dessa manufatura, caso fosse possível, teria de se restringir ao seu próprio mercado, que aliás estava se desintegrando. Para extravasar seu próprio mercado, por exemplo, tentando conquistar o do Rio de Janeiro, esbarraria, fatalmente em mais um obstáculo: teria de elevar sua produtividade, de muito (ou rebaixar seus custos) para poder competir com o similar estrangeiro. Para isso, entretanto, se defrontaria ainda com novo problema, o da inovação técnica.

Este terceiro ponto, o da técnica, seria de impossível solução. Com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, vários inventos importantes estavam sendo introduzidos na indústria têxtil, alterando-lhe os padrões técnicos e a produtividade. Assim ocorreu com a

[35] Cf. Holanda & Campos, Op cit., vol. lI, p. 374.
[36] ldem, Ibidem, p. 188.
[37] Cf. Holanda & Campos, Op. Cit., vol. II, p. 307.

introdução da lançadeira de Kay, amplamente adotada nas décadas de 1750 e 1760 e com a máquina de cardar de Paul que tem sua difusão por volta de 1760. Estas duas invenções agravaram o ponto de estrangulamento na indústria têxtil: a tecelagem pressionava o setor de fiação. Por volta de 1784 a máquina de fiar de Hargreaves já era dotada de oitenta fusos. Em 1785 a patente da fiandeira hidráulica caía no domínio público e nesse mesmo ano a máquina a vapor era introduzida na operação das fiandeiras. Os preços do fio de algodão, entre 1786 e 1800 se reduziram a menos de um terço.[38]

Como competir com tal evolução, sabendo-se inclusive, que a nova tecnologia não era disponível? Mesmo que fosse, aliás, sua incorporação esbarraria com o obstáculo da escravidão e com a descapitalização. Seria, em suma, impossível competir com o similar estrangeiro. Dessa forma, penso que a possibilidade de uma resposta industrial à crise da mineração seria inexeqüível.

Pós escrito

Quando escrevi este texto em 1973 tinha como objetivo central negar a possibilidade da transformação dessa decadente economia, num *processo de industrialização.* A perspectiva que seu estudo proporciona ao exame histórico da questão regional no Brasil, embora estivesse presente em minhas reflexões, naquele momento (em que iniciava a redação de minha tese doutoral), não foi aprofundada como devia. Em parte, por que julguei, naquele momento, que seria uma certa redundância sobre o escrito por Celso Furtado nos capítulos 13-15 de sua clássica *Formação Econômica do Brasil.*

Contudo, entre 1973 e 1976 organizando e ministrando os cursos de *Economia Brasileira* na Unicamp, dei-me conta da maior importância desse questão, e fui realizando essa tarefa, desdobrando-a em dois planos. O primeiro, foi "perder o medo" à redundância e enfatizar o papel pioneiro (embora presente apenas no século XVIII) que essa economia teve em termos de uma precoce formação de um mercado nacional (guardadas as limitações econômicas e regionais da época). Com efeito, ela jogou papel mais importante do que a economia açucareira, nesse sentido, integrando a seu espaço atividades econômicas novas e antigas de outros espaços regionais, como o Nordeste pecuário, São Paulo agrícola e comercial, o comércio e a urbanização do Rio de Janeiro e o gado sulino. Mais que isso, esse processo, dada a centralidade geográfica de Minas Gerais no país, obrigou a criação de uma infraestrutura de transportes (ainda que rudimentares). Esta possibilitou, então, as ligações entre Minas com parte do Nordeste, com o Rio de Janeiro, São Paulo e, principalmente, com o extremo sul do país, face aos negócios do gado.

O segundo plano diz respeito ao fato de que embora seus efeitos espaciais comerciais viessem a se perder com a exaustão da mineração, restaria, contudo, sua "herança" fora de Minas: os novos caminhos - um verdadeiro capital físico - que hibernariam na forma de uma "riqueza social" e empreendimentos mercantis (como as fazendas produtoras de gêneros ou as tropas de muares e as redes de comércio) ou a escravaria agora improdutiva, que também hibernariam como "riqueza privada". Algumas dssas riquezas, contudo, despertariam com o advento da economia cafeeira no século XIX, metamorfoseando-se em capital, que viria a ser amplamente usado por essa nova economia. É o velho e conhecido *renascimento* (parcial) do capital, como a *Phênix.*

[38] As informações foram colhidas da obra de Phyllis Deane, A revolução industrial, pp. 105-121.

A bibliografia original foi mantida, com a atualização de algumas referências. No entanto devo confessar o pecado de - quando fiz a versão original - até então não ter lido (entre outros...), C. R. Boxer (*A idade de Ouro do Brasil*, Ed. Nacional, São Paulo, 1969, 2ª ed.), que certamente teria tornado a empreitada mais fácil e proveitosa. Embora a bibliografia sobre o tema, posterior a 1973, seja numerosa, devo destacar, pelo menos as seguintes, que certamente serão muito úteis aos que se interessem sobre estas questões:

- o livro de Laura Mello e Souza, *Os desclassificados do Ouro,* Ed. Graal, 1982, São Paulo. Este texto, entre outras questões, comprova a existência de falsa riqueza naquela sociedade.
- O de Kennet Maxwell, *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808 -sentimentos emancipatórios inspirados na Ilustração.* Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978. Trata-se de profunda análise sobre esse movimento insurrecional.
- a tese doutoral de Ronaldo M. dos Santos, *O rascunho da Nação(formação, auge e ruptura da economia colonial), Unicamp-Instituto de Economia, Campinas, 1985.* Conclui pelo surgimento de uma embrionária burguesia nacional, cujos interesses vão se tornando conflituosos com a metrópole, e portanto, tornando-os pró emancipação política.
- o artigo de Maria Arminda N. Arruda, *Visões de Minas: o tema da mineiridade,* **in** Pimenta, H.C. (Ed.)Minas gerais, história econômica e demografia, III Seminário de Economia Mineira, Dimamantina, 1986, UFMG-Cedeplar. Contém ampla bibliografia sobre o tema da ideologia, cultura e política da região.

BIBLIOGRAFIA

Cano, Wilson, *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* Tese de doutoramento, Campinas, 1976. (a última edição em livro é a da Unicamp-Instituto de Economia, 4ª ed. 1998, Campinas).

Castro, Antônio Barros de, "A herança regional no desenvolvimento brasileiro", *in Sete ensaios sobre a economia brasileira.* Rio de Janeiro, Forense, 1971, v. 2. Deane, Phyllis, *A revolução industrial,* segunda ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. Ellis Jr., Alfredo, "História de São Paulo", cap. XIII, *in Boletim do Departamento Estadual de Estatística.* São Paulo, nº 9, 1940.

Furtado, Celso, *Formação econômica do Brasil,* quarta ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

Holanda, Sérgio Buarque de & Campos, Pedro M., *História Geral da civilização brasileira.* São Paulo, DIFEL, tomo 1, Livro 1, quarta ed., 1972 e tomo I, Livro II, segunda ed., 1968.

MelIo, João Manuel Cardoso de, *O capitalismo tardio.* Tese de Doutoramento, UNICAMP, 1976. (a última edição em livro éa da Unicamp-Instituto de Economia, 2ªed. Campinas, 1998).

Novais, Fernando A., "Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial, séculos XVI-XVIII", segunda ed., São Paulo, 1974 *(Cadernos CEBRAP, 17).* (texto integrado ao livro pósterior do autor: *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1979).

Onody, Oliver, *A inflação brasileira (1820-1958),* s/ed. Rio de Janeiro, 1960.

Simonsen, Roberto C., *História econômica do Brasil, 1500-1820.* Segunda ed., São Paulo, Nacional, 1944. 2 v.

Pinto, V. Noya, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português (uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII).* Tese de doutoramento São Paulo, F.F.L.C.H. da USP, 1972.

Zamella, Mafalda P., *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII.* Tese de doutoramento, São Paulo, F.F.L.C.H. da USP, 1951.